

**Apontamentos sobre usos e apropriações em ambiências midiático-informacionais comunitárias: perspectivas de uma possível cidadania cultural**

*Notes on uses and appropriations in community media-informational environments: perspectives of a possible cultural citizenship*

Juciano de Sousa LACERDA<sup>1</sup>  
Thays Helena Silva TEIXEIRA<sup>2</sup>

**Resumo**

A partir de resultados do projeto de pesquisa “Comunicação comunitária e local em rede: lógicas, práticas e vivências de sociabilidade e cidadania em telecentros e *lan houses* na Região Metropolitana de Natal-RN”, financiado pelo CNPq (Brasil), nossa proposta é apresentar uma reflexão teórico-metodológica sobre a oferta de telecentros e *lan houses* (ambiências midiático-informacionais comunitárias) como espaços de inclusão digital e de desenvolvimento da “cidadania cultural”, estabelecendo um debate sobre a lógica vigente de que, independentemente das configurações e interesses em jogo no campo da oferta tecnológica, o que importariam seriam os “usos e apropriações” realizados pelas pessoas nesses ambientes midiático-informacionais. Os resultados apontam que as configurações dos telecentros e *lan houses* não oferecem condições plenas para formas de uso e apropriação que se caracterizem como práticas de cidadania cultural.

**Palavras-chave:** Comunicação. Cidadania cultural. Telecentros. Lan houses. TICs

**Abstract**

From the results of the research project “Community and local communication in network: logic, practices and experiences of sociability and citizenship in telecenters and internet cafes in the metropolitan region of Natal-RN”, funded by CNPq (Brazil), our proposal is to present a theoretical-methodological reflection on the offer of telecenters and internet cafes as spaces for digital inclusion and development of “cultural citizenship”, establishing a debate on the current logic that, regardless of the configurations and interests at stake in the field of technological supply, What would matter would be the “uses and appropriations” made by people in these media-informational environments. The results indicate that the configurations of telecenters

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professor do Programa em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEM-UFRN).  
E-mail: juciano.lacerda@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Codiretora do Projeto de Extensão 2 “Intervención desde la comunicación” na Universidade Nacional de La Pampa (UNLPam – Argentina). E-mail: thays.teixeira1@hotmail.com

and internet cafes do not offer full conditions for forms of use and appropriation that are characterized as cultural citizenship practices.

**Keywords:** Communication. Cultural citizenship. Telecenters. Lan houses. ICTs.

## Introdução

O nosso ponto de partida é a pesquisa “Comunicação comunitária e local em rede: lógicas, práticas e vivências de sociabilidade e cidadania em telecentros e lan houses na Região Metropolitana de Natal-RN”, desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa PRAGMA/UFRN, com financiamento do CNPq (Brasil).<sup>3</sup> Pretendemos neste texto apresentar uma reflexão teórico-metodológica sobre a oferta de telecentros e lan houses como espaços de inclusão digital e de desenvolvimento da “cidadania cultural”, estabelecendo um debate sobre a lógica vigente de que, independente das configurações e interesses em jogo no campo da oferta tecnológica, o que importariam seriam os “usos e apropriações” realizados pelas pessoas nesses ambientes midiático-informacionais (LACERDA, 2008), partindo da compreensão de que a cidadania é institucional, mas também produzida pelos sujeitos e sujeitas em práxis.

Para essa empreitada, desenvolvemos uma retomada das reflexões de autores significativos para o campo da comunicação sobre os conceitos de “uso” e de “apropriações”, desde as primeiras concepções de “usos e gratificações” na revisão dos estudos dos efeitos dos meios massivos (MATTELART; MATTELART, 1999; WOLF, 2003; MARTÍN-BARBERO, 1995), passando pelas formas negociadas de consumo midiático (Hall, 2003), pelas formas de consumo das culturas populares – astúcias, dispersões, desvios, táticas (DE CERTEAU, 2000), pelas formas de apropriação (THOMPSON, 2001) e modos de uso (MARTÍN-BARBERO, 2004).

Destacaremos também os resultados de uma pesquisa-da-pesquisa (BONIN, 2006) sobre o emprego do termo “usos e apropriações” num conjunto de artigos de pesquisas empíricas sobre TICs publicados no Brasil, em que nem sempre há uma definição conceitual, mas sua presença nos textos como operadores semânticos, estando

---

<sup>3</sup> Para desenvolver os dados empíricos deste texto, contamos com o trabalho de Helena Velcic Maziviero, bolsista PIBIC do projeto, estudante de Jornalismo da UFRN, com a colaboração dos bolsistas Juliana Bulhões Alberto Dantas, André Araújo da Silva, Luciana Lima Garcia e Rayanne de Azevedo Carvalho, todos integrantes do Grupo de Pesquisa PRAGMA/UFRN.

implícito no corpo do texto sentido proposto pelo autor, tornando o sentido dos conceitos mais vulneráveis às interpretações dos leitores (LACERDA; MAZIVIERO, 2011). Também buscaremos estabelecer uma compreensão sobre “cidadania cultural”, tentando dar conta dos paradoxos das visões de cidadania situadas no contexto da sociedade de consumo contemporânea (ORTIZ, 2000; GARCÍA-CANCLINI, 2001; MARTÍN-BARBERO & REY, 2001; SILVERSTONE, 2002; SARLO, 2004; CAMACHO AZURDY, 2005; MATA, 2005; MALDONADO, 2006; TEIXEIRA, 2019).

Confrontaremos a concepção construída de usos e apropriações e de cidadania cultural com um quadro quantitativo-qualitativo da oferta de lan houses e telecentros da Região Metropolitana de Natal, no Rio Grande do Norte, Brasil, situando o mapa das condições tecno-informacionais e das possibilidades de usos previstos pela oferta sobre possibilidades de apropriações realizadas nas distintas ambiências: de caráter público (telecentros) e de interesse privado, de mercado, no caso das lan houses.

### Dialética dos usos e apropriações

Primeiramente, desenvolveremos uma retomada das reflexões de autores significativos para o campo da comunicação sobre os conceitos de “uso” e de “apropriações”. Com a hipótese funcionalista dos “usos e gratificações” (*use and gratifications*) fomos dos “usos como funções” para as “funções dos usos”, ao questionar o que as pessoas fazem com os meios de massa, e não o contrário (WOLF, 2003). Mesmo sem o poder de oferta do emissor, o receptor se tornaria também sujeito do processo de comunicação em capacidade de selecionar. Mas as assimetrias continuariam, afinal, ele não possui ou tem acesso aos meios de produção de informação e entretenimento. Porém, tais estudos contribuíram para relativizar visões dos efeitos totalizantes da mídia massiva, ao introduzir uma noção de leitura “negociada”, inspirada em Stuart Hall (2003).

No final dos anos 1970, Hall propôs no ensaio “Codificação/Decodificação” que os sujeitos receptores dos programas televisivos se posicionam diante das mensagens ofertadas, na forma de leitura **hegemônica**, **negociada** ou de **oposição**. O receptor ganha o centro das atenções das pesquisas em comunicação dos anos 1980-90, o que coincidiu com o período mais intenso do processo neoliberal, que também prega uma

sociedade do indivíduo-consumidor livre e soberano em suas escolhas, num mercado de ofertas plurais e concorrentes (MATTELART; MATTELART, 1999).

O casal Mattelart postulava o risco de a concepção do receptor soberano relativizar a discussão sobre assimetrias e hegemonias entre os grupos midiáticos emissores, no desequilíbrio da oferta (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 153). Martín-Barbero (1995) foi um dos pesquisadores que criticou o viés de se acreditar que o “consumidor tem a última palavra”. O consumidor não faz o que lhe dá na cabeça, há limitações ao poder do receptor. Por isso, não podemos desvincular os processos de recepção dos contextos da hegemonia e economia política da produção. Dessa maneira, não podemos compreender o que faz o sujeito/receptor/consumidor/usuário com as TICs “sem levar em conta a concentração econômica dos meios e a reorganização do poder ideológico da hegemonia política e cultural [e econômica], que estão tendo lugar em nossa sociedade” (MARTÍN-BARBERO, 1995, p. 55). Podemos dizer, com base em De Certeau (2000), que não há uma passividade nas formas de consumo/recepção das culturas populares. Há um processo de “fabricação” que se faz notar nas “maneiras de empregar” os produtos que lhe são impostos (CERTEAU, 2000, p. 39). Os centros de acesso público gratuito e as *lan houses*, por exemplo, possuem regras de uso e, embora não façam as regras, os usuários têm margens de manobra (“ações táticas”) para recriar, brincar. Assim, as táticas do consumo podem representar a politização das práticas cotidianas (CERTEAU, 2000, p. 45).

Aqui está a riqueza da proposta dos “usos e apropriações”: a impossibilidade de um totalitarismo do sentido único, de dispositivos disciplinares capazes de controle ou da determinação total, das formas de uso estar sob o controle de quem tem os meios de produção e circulação dos produtos culturais e das tecnologias de informação e comunicação (LACERDA; MAZIVIERO, 2011, p. 6).

Para efeitos do nosso trabalho, compreendemos o “uso” como o “emprego habitual” de um objeto ou de uma tecnologia ou de um tipo de discurso; como “aplicação de algo de acordo com sua finalidade”, ou seja, segundo um conjunto de regras e procedimentos para o uso, que requerem certas habilidades e competências de codificação e decodificação (THOMPSON, 2001, p. 29). Enquanto que “apropriação” seria toda e qualquer forma de resistência, de ressignificação de práticas, de tecnologias, de estruturas dominantes que produzam processos de negação da heterogeneidade cultural (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 186). É na apropriação que os sujeitos e

sujeitas elaboram e reelaboram seus mecanismos de produção cidadã de comunicação, no âmbito da resistência (TEIXEIRA, 2019). O contexto de produção das mensagens normalmente é diferente dos contextos dos receptores, portanto, a interpretação requer que adaptemos as mensagens à nossa própria vida e seus contextos e circunstâncias. Isso é apropriar-se de uma mensagem, apoderar-se e torna-lo próprio (THOMPSON, 2001).<sup>4</sup>

Temos, assim, que há uma dialética dos *usos* e das *formas de uso* constituídas como formas de *apropriação*. Assim, há uma trama, ligação, pacto, tensões e disputas entre aquilo que é da *ordem do uso* – o que é proposto, embutido, pré-determinado, codificado e estabelecido como finalidade para produtos midiáticos, textos, mensagens e, em nosso caso, tecnologias de informação e comunicação – e o que é da *(des)ordem da apropriação* – formas de uso marginal, margens de manobra, astúcias, bricolagens, maneiras de empregar, formas desviantes, palimpsestos etc (LACERDA & MAZIVIERO, 2011, p. 7).

### A pesquisa da pesquisa sobre usos e apropriações

Compreendida essa dialética dos usos e das formas de apropriação, partimos para um movimento de investigação com base na metodologia da pesquisa da pesquisa (BONIN, 2006) e nas proposições de “inventário e classificação” de Bachelard (2006). Realizamos um mapeamento analítico sobre o emprego do termo “usos e apropriações” num conjunto de artigos de pesquisas empíricas sobre TICs publicados no Brasil. Foram trabalhados artigos identificados nos 511 periódicos listados pela CAPES, de Qualis A1 a B5, dentro do Campo de Ciências Sociais Aplicadas I. O site de cada periódico foi acessado individualmente a fim de obter os artigos produzidos/publicados entre os anos de 2006 e 2010 disponíveis no formato eletrônico. O levantamento consistiu em abranger todos os artigos que dessem conta da proposta de nossa pesquisa no sentido de contribuir com a investigação a cerca da produção de conhecimento sobre usos e apropriações das TICs em *lan houses* e telecentros. Ao todo foram obtidos 248 artigos, presentes em 79 revistas (de Qualis A1 a B5), que corresponderam ao método de filtragem utilizado. Os detalhes desta investigação foram apresentados no GP

---

<sup>4</sup> Um bom exemplo é o modo como o moleiro Menocchio se apropriava das leituras de evangelhos apócrifos e da literatura popular da época para elaborar seus argumentos de defesa no tribunal da Inquisição; “... o esboço do edifício era seu, de Menocchio. Com inconsciente desenvoltura servia-se de vestígios de pensamentos alheios como de pedras e tijolos” (Ginzburg, 1987, p. 132).

Comunicação para a Cidadania da INTERCOM 2011, realizada em Recife-Brasil (LACERDA; MAZIVIERO, 2011).

Como o recorte era muito específico: selecionar texto que tratassem de investigações sobre *lan houses*/telecentros sob a lógica dos “usos e apropriações”, obtivemos somente oito artigos no total para o processo de análise dos textos na íntegra, proposto por Bonin (2006) na pesquisa da pesquisa. Percebemos na análise que nem sempre há uma definição conceitual de usos e apropriações, mas sua presença nos textos como operadores semânticos, estando implícito no corpo do texto o sentido proposto pelo autor, tornando o sentido dos conceitos mais vulneráveis às interpretações dos leitores, além de, muitas vezes, serem tratados como sinônimos. Embora, o número de trabalhos tenha ficado aquém das nossas expectativas, inferimos que:

O avanço e popularização das TICs parecem ainda não ter sensibilizado a produção do conhecimento científico na área da Comunicação sobre o eixo da retomada dos “usos e apropriações” como perspectiva de caracterização das práticas de cidadania cultural pelo viés do consumo das TICs. Dessa forma, nas condições que definimos para a pesquisa da pesquisa, foram poucos os trabalhos que buscavam uma análise qualitativa das formas de uso e apropriação das TICs em comunidades à margem do processo de informatização (LACERDA & MAZIVIERO, 2011, p. 14).

### **Perspectivas para uma cidadania cultural**

No trabalho apresentado na INTERCOM 2011 (LACERDA; MAZIVIERO, 2011), propusemos a seguinte pergunta: “Podemos, então, tomar as formas de uso e apropriação como produção, qualificada como consumo, e caracterizada como cidadania cultural?” e procuramos respondê-la tentando dar conta do paradoxo das visões de cidadania situadas no contexto da sociedade de consumo contemporânea (ORTIZ, 2000; GARCÍA-CANCLINI, 2001; MARTÍN-BARBERO; REY, 2001; SILVERSTONE, 2002; SARLO, 2004; CAMACHO AZURDY, 2005; MATA, 2005; MALDONADO, 2006; TEIXEIRA, 2019).

Não conseguimos plenamente, embora reconheçamos 1) ser uma posição necessária hoje diante do modelo desigual neoliberal de globalização (GARCÍA-CANCLINI, 2001); 2) ser capaz de gerar organizações coletivas de leitores de jornais, observadores cidadãos de mídia, conselhos de consumidores, numa interação entre

recepção e cidadania (MARTÍN-BARBERO; REY, 2001); 3) ser paradoxal, pois muitos de nossos processos identitários e de autoconhecimento passam pela resignificação dos produtos ofertados pelo mercado capitalista (SILVERSTONE, 2002); 4) que no mundo atual a questão da cidadania se manifesta também em termos do acesso aos bens, do ter ou não ter dinheiro, da possibilidade justamente do consumo (ORTIZ, 2000) e 5) acontece também como um recurso da práxis para a visibilidade dos sujeitos em situação de resistência nas apropriações dos dispositivos de comunicação (TEIXEIRA, 2019). Vale ressaltar que consumo como perspectiva cidadã, em suas formas de uso e apropriação, tem suas restrições, como a de servir também para justificar o pensamento neoliberal: consumidores livres num mercado livre (MATTELART; MATTELART, 1999). Ou a quebra das identidades, cujo espaço é ocupado pelo mercado, cuja lógica não inclui a todos no processo de cidadania.

Dilema que vivemos nas ciências sociais, como evidencia Beatriz Sarlo (2004, p. 26): “As ciências sociais descobrem que a cidadania também se pratica no mercado, e que as pessoas que não tem como realizar suas transações ali ficam, por assim dizer, fora do mundo”. Assim, a lógica do acesso à informação como direito, garante a perspectiva do consumo, mas não contempla todo o sentido de cidadania. Da mesma forma que os usos e apropriações situados somente no âmbito do acesso à informação dão possibilidades de recriação, de reprodução, mas não garantem a plenamente a perspectiva de uma cidadania cultural. Principalmente, se recuperarmos a etimologia do termo “cultura” como cultivo, labor, produção.

“Cultura” denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões do espírito. A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica própria da humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar o solo à divisão do átomo (EAGLETON, 2005, p. 10).

Desta forma, cidadania cultural indicaria não só o direito ao acesso à informação, mas o direito pleno de comunicar, do expressar livre e garantido através de toda e qualquer forma simbólica: imprensa, livros, televisão, redes digitais, tecnologias as mais diversas.

A centralidade do direito à comunicação, na forma de produção e não somente de ser informado, através do consumo pago ou gratuito, está na discussão proposta por Lima (2006) ao recuperar as três dimensões constituintes da cidadania: civil, política e social – propostas por T. H. Marshall em 1949 –, para demonstrar que a garantia da



cidadania depende da garantia da liberdade individual e de um poder Judiciário independente (cidadania civil); depende do direito à comunicação e de um sistema democrático de mídia (cidadania política); depende da justiça social e participação efetiva na riqueza coletiva (educação, saúde, emprego, salário justo, comunicação) garantidos pelos poderes Executivo e Legislativo (cidadania social). E na qual nos parece pertinente também agregar a dimensão comunicativa, onde os sujeitos se apropriam dos dispositivos comunicacionais para expressarem suas existências e visibilidade (MALDONADO, 2006; MATA, 2005; TEIXEIRA, 2019).

Na verdade, a comunicação perpassa todas as três dimensões da cidadania, constituindo-se, ao mesmo tempo, em direito civil — liberdade individual de expressão; em direito político — através do direito à comunicação, que vai além do direito de ser informado; e em direito civil — através do direito a uma política pública democrática de comunicação que assegure pluralidade e diversidade na representação de ideias e opiniões (LIMA, 2006, p. 11).

Portanto, no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, a questão das formas de cidadania cultural não pode ficar restrita aos usos e apropriações na ordem do acesso à informação, mesmo quando práticas desviantes, situada nas disputas representadas – entre outras possíveis – na qualidade/atualização dos dispositivos tecnológicos, na capacidade de conexão, nos modelos e políticas de oferta de acesso, nas taxas de acesso, nos serviços oferecidos (LACERDA; MAZIVIEIRO, 2011). Este é um primeiro passo, pois as formas de uso e apropriação fazem se manifestar as assimetrias, os desequilíbrios, processos hegemônicos, além, claro, da riqueza das experiências situadas no cotidiano, nas temporalidades e nos contextos culturais de cada local. Mas isso não é suficiente.

A noção de cidadania cultural ganha mais força na concepção de cultura de Ecléa Bosi (1986), vista a partir da visão de mundo do trabalhador. Nessa perspectiva, a cultura não pode ser vista simplesmente na lógica de “necessidade, privação ou carência cultural”, que são representações que apontam para concepção ideológica de “adquirir cultura”, o que a tornaria um “elemento de consumo” (BOSI, 1986, p. 17). Para a pesquisadora, a visão das classes populares de cultura só se mantém como ideia de oposição ou de superação da natureza, como um desabrochar da pessoa na vida social. “A concepção de cultura como necessidade satisfeita pelo trabalho da instrução leva a atitudes que reificam, ou melhor, condenam à morte os objetos e as significações da



cultura do povo porque impedem ao sujeito a expressão de sua própria classe” (BOSI, 1986, p. 17).

Uma das primeiras pensadoras brasileiras a propor o conceito de “cidadania cultural”, Marilena Chauí (1995) também critica as políticas culturais baseadas no modelo de sociedade vigente, fundado na polarização entre carência e privilégio. Portanto, a lógica da democracia, baseada na criação, reconhecimento e garantia de direitos, tem dificuldades de emergir plenamente na sociedade brasileira, baseada em carências e privilégios.

Uma carência, por definição, é sempre particular e específica, não conseguindo se generalizar num interesse nem, muito menos, se universalizar num direito. Um privilégio, por definição, não pode se generalizar num interesse comum nem se universalizar num direito, sob a pena de desfazer-se como privilégio (CHAUÍ, 1995, p. 78).

Chauí (1995, p. 81) trata das modalidades de relação do Estado com a cultura, apontando como prevalecem nas formas liberal, autoritária, populista e neoliberal, a lógica polarizada de carências e privilégio. Na visão liberal, a cultura é identificada com as “belas-artes”, vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais. Na concepção autoritária, o Estado é o produtor oficial de cultura e censor da cultura produzida na sociedade civil. Na populista, há uma manipulação do que se entende por cultura popular, entendida como versão popular das belas-artes (como repetição, reprodução ou mimetismo) e a indústria cultural. E por fim, a visão neoliberal da relação do estado com a cultura, que tende a privatizar as instituições públicas de cultura, colocando-as sob a responsabilidade de empresários da indústria cultural, associando cultura a eventos de massa e aos produtos das mídias de massa.

No antídoto proposto contra a visão liberal, vemos claramente o conceito de cultura de Chauí, que alarga o conceito para além do campo restrito às belas-artes, “tomando-o no sentido antropológico mais amplo de invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres culturais e sujeitos culturais” (CHAUÍ, 1995, p. 81). Contra a perspectiva autoritária, Chauí (1995, p. 82) propõe um Estado que estimule a criação cultural da sociedade. Para combater a visão populista, seria preciso romper com a polaridade entre cultura de elite e cultura popular, uma vez que ambas podem ser de vanguarda ou conservadoras, não cabendo a lógica de que a vanguarda estaria na cultura de elite e a repetição na cultura popular. Para contrapor a visão neoliberal, a autora afirma ser

necessário dar ênfase ao caráter público da ação cultural do Estado, ou seja, produção cultural é de interesse público, portanto o Estado não pode deixar nas mãos da iniciativa privada e da mídia massiva o protagonismo da produção cultural, mas incentiva e financiar outros setores da sociedade.

Em suma, negar as visões liberal, autoritária, populista e neoliberal da relação Estado/cultura seria necessário como perspectiva para a construção cultura política nova, com base na proposta de cidadania cultural.

Além da face negativa ou crítica, nossas propostas possuíam uma face positiva: a cultura foi pensada como direito dos cidadãos e a política cultural como cidadania cultural. Em outras palavras, procuramos marcar, desde o início, que a política cultural visava também a uma cultura política nova (CHAUÍ, 1995, p. 82).

Desta forma, a cidadania cultural se constitui na afirmação de direitos fundamentais: de acesso e fruição (direito à informação); direito à criação cultural (direito à comunicação); direito a reconhecer-se como sujeito cultural; direito a participar das decisões públicas sobre a cultura (CHAUÍ, 1995, pp. 82-83). Portanto, o centro das ações está na defesa dos direitos, em contraponto à falta de transparência das políticas culturais pautadas na carência e no privilégio.

A cidadania cultural teve em seu centro a desmontagem crítica da mitologia e da ideologia: tomar a cultura como um direito foi criar condições para tornar visível a diferença entre carência, privilégio e direito, a dissimulação das formas da violência, a manipulação efetuada pela *mass media* e o paternalismo populista; foi a possibilidade de tornar visível um novo sujeito social e político que se reconheça como sujeito cultural. Mas foi, sobretudo, a tentativa para romper com a passividade perante a cultura - o consumo de bens culturais - e a resignação ao estabelecido, pois essa passividade e essa resignação bloqueiam a busca da democracia, alimentam a visão messiânica-mineralista da política e o poderio das oligarquias brasileiras (CHAUÍ, 1995, p. 84).

Portanto, a perspectiva da cidadania cultural vai além da visão de usos e apropriações como consumo de bens culturais, caracterizando as formas de uso e apropriação na perspectiva da compreensão dos códigos e regras dos bens simbólicos (uso), como nas ações em que reordenamos e nos apropriamos da oferta tecnológica, mas num contexto e materialidades que tornem possível não só a fruição de bens simbólicos aos quais temos acesso, mas a possibilidade produção, de criação, de circulação e visibilidade de novos bens pelos sujeitos individuais e coletivos dos diversos campos da sociedade, uma perspectiva discutida para a compreensão do que

autores têm chamado conceitualmente de cidadania comunicativa por entenderem interfaces mais complexas que a perspectiva cultural (MATA, 2005; CAMACHO AZURDUY, 2005; MALDONADO, 2006; TEIXEIRA, 2019).

E para que aconteça uma cidadania cultural é preciso a ação cultural política dos coletivos sociais, mas também a construção de políticas culturais por parte do Estado. Logo, estamos num campo de disputas de direitos, valores, capitais e poderes, como bem caracteriza Barbalho (2008, p. 124): “Política cultural significa atuar na criação, circulação, fruição de bens simbólicos [...] reconhecendo que esse sistema processual, que é a cultura, se organiza como um campo, o da cultura, que possui valores, capital e poder específicos”.

### **A oferta de lan houses e telecentros da RMNatal diante da cidadania cultural**

Nesta última parte, confrontaremos a concepção construída de usos e apropriações e de cidadania cultural com um quadro quantitativo-qualitativo da oferta de um grupo de *lan houses* e telecentros da Região Metropolitana de Natal (RMNatal), no Rio Grande do Norte, Brasil, situando o mapa das condições tecno-informacionais e das possibilidades de usos previstos pela oferta com o discurso dos gestores e empreendedores sobre as apropriações realizadas nas distintas ambiências: de caráter público (telecentros) e de interesse privado, de mercado, no caso das *lan houses*. Trata-se de resultados apoiados nos dados identificados nos telecentros e *lan houses* e questionário semiaberto respondido pelos gestores e empreendedores, dentro do projeto de pesquisa “Comunicação comunitária e local em rede: lógicas, práticas e vivências de sociabilidade e cidadania em telecentros e *lan houses* na Região Metropolitana de Natal-RN”, financiado pelo CNPq (Brasil).<sup>5</sup>

O levantamento foi realizado de novembro a dezembro de 2011, em 19 *lan houses* da RMNatal, sendo cinco na Zona Leste (bairros Petrópolis, 1; e Cidade Alta, 2), cinco na Zona Sul (Capim Macio, 1; Lagoa Nova, 4) e nove na região de Nova Parnamirim, no município de Parnamirim-RMNatal. Em termos de configurações dos PC's, havia uma defasagem tecnológica. De 19 *lan houses*, somente uma oferecia

---

<sup>5</sup> O projeto foi realizado com vital colaboração da pesquisadora de Iniciação Científica PIBIC Helena Velcic Maziviero, estudante de Jornalismo da UFRN e integrante do Grupo de Pesquisa PRAGMA/UFRN, que sob nossa orientação sistematizou os dados empíricos coletados com a colaboração dos bolsistas Juliana Bulhões Alberto Dantas, André Araújo da Silva, Luciana Lima Garcia e Rayanne de Azevedo Carvalho.

computadores com processador Intel Core 2 Duo. As demais ofereciam Intel Celeron (5), Intel Pentium (5), Intel Dual Core (2), AMD Athlon (1), sendo que em cinco delas a pessoa responsável não soube dizer qual era o processador. Em nove *lan houses* os discos rígidos (HD) chegavam até os 200 Gigabytes. Somente duas tinham HDs superiores a 500 Gb. E oito delas tinham HD entre 250 e 320 Gb. Todas operam com o sistema operacional Windows, sendo os navegadores Explorer e Mozilla Firefox presentes em 17 das *lan houses*, seguido do Google Chrome, acessível em 10 empreendimentos. A memória RAM não ultrapassava 2 Gb em 13 *lan houses*, tendo quatro outras com velocidade entre 3 e 4 Gb. A velocidade da Banda Larga fica entre 3 e 4 Megabytes (Mb) em nove *lan houses*, ultrapassando 5 Mb em 10 dos locais pesquisados. Dez *lan houses* usam monitores de LED e nove usavam ainda modelos de tubo catódico.

Nenhuma das *lan houses* tinham software para edição e criação de áudio, somente para reprodução, sendo a maioria Windows Media Player. Somente três *lan houses* tinham editor profissional para imagens, as demais usam editores amadores (Paint e Microsoft Picture Manager). Dezoito delas têm Windows Movie Maker para edição amadora de vídeo. Dezesete delas disponibilizavam fone de ouvido para o usuário; 14 ofereciam webcam; 13 ofertavam microfone e 18 ofereciam serviço de impressão.

Quanto aos serviços oferecidos, 18 faziam impressão de boletos; sete faziam declaração do Imposto de Renda (IR); sete ofereciam serviço de consulta ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)/SERASA e Departamento Estadual de Trânsito. Por incrível que pareça, somente seis das *lan houses* ofereciam jogos *on line* em rede. Quanto às políticas de uso, 16 *lan houses* proibiam o acesso a sites pornográficos; dez das *lan houses* ofereciam monitor para orientar os usuários, mas não ofereciam capacitação para os monitores.

Uma percepção geral interessante é que a maioria dos proprietários das *lan houses* (ou as pessoas responsáveis pelo atendimento) desconheciam a própria infraestrutura material e tecnológica que oferecia para os usuários. Embora não tivessem softwares para edição de áudio, ofereciam editores amadores para vídeo e imagem, o que possibilitaria uma produção amadora em termos de audiovisual. A velocidade de banda larga era melhor para a navegação, mas também torna possível o envio e postagem de arquivos na rede, aspecto necessário para dar visibilidade à produção

cultural local. Mas as configurações apontavam para uma participação dos usuários em termos de acesso a páginas, portais, comunidades virtuais e plataformas de redes sociais digitais, para escrever, ler, ouvir música e assistir vídeos, do que necessariamente a veiculação sistemática de uma produção cultural em áudio ou vídeo, por exemplo.

Em relação aos telecentros de acesso público gratuito, a cidade de Natal-RN contava com sete telecentros, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS)<sup>6</sup> em parceria com o Governo Federal e Ministério das Comunicações. Os telecentros estavam associados a outros projetos sociais do município: no Projovem do bairro de Panatis; na Clínica de Atendimento Filantrópico Integrado a Medicina - AFIM, no bairro de Mãe Luiza; no CRAS do bairro de Guarapes; na ONG Gente Feliz, em Cidade Nova; no Instituto Northeriograndense da Cidadania São Judas Tadeu, em Neópolis, no Corpo de Bombeiros do bairro Barro Vermelho; o sétimo funcionava em sala anexa à Biblioteca Municipal Professor Esmeraldino Siqueira, localizada no edifício da Fundação Cultural Capitania das Artes (Funcarte). Cada telecentro possuía um kit com 10 computadores, um servidor, onze estabilizadores, roteador wireless, impressora a laser, projetor multimídia. A conexão de banda larga era via Gesac, oscilando entre 1 Mbps e 512 Kbps, ou seja, abaixo do que a Organização das Nações Unidas (ONU) considera banda larga, que é acima de 2 Mbps.

Os computadores eram equipados com sistemas operacionais e softwares livres, como Linux, Openoffice e Firefox, com softwares para edição de vídeo. Cada telecentro possuía um monitor e dinamizador local, que coordenava das atividades, principalmente o curso de alfabetização digital: ABCDigital. Era possível também acessar as redes sociais e, a partir de 2012, realizar cursos à distância pelo sistema de EAD do programa Telecentros.BR e pela Universidade Corporativa do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Os telecentros se destacavam por estar, na maioria, em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a exemplo dos bairros de Panatis, Guarapes e Mãe Luiza, em Natal. Havia monitores capacitados para dar assistência aos usuários, mas o enfoque é principalmente a ideia de “alfabetização digital”, através de cursos pré-formatados. Contudo, a velocidade de envio de dados era muito baixa, quase impossibilitando iniciativas de produção de material para circular pela internet. Não

---

<sup>6</sup> Sobre os telecentros de Natal e a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, acessar o site: <http://www.natal.rn.gov.br/semtas/> Acesso em 01/03/2012.

havia estratégias para dinamizar o espaço dos telecentros como dinamizador e articulador de práticas culturais geradoras de novos produtos e novas práticas. Diante disso, o maior uso dos telecentros era voltado para o acesso a serviços públicos, acesso à informação generalista na internet e para conversação nas redes sociais digitais. Assim, a lógica da cultura sendo focada no acesso à informação e no entretenimento/lazer.

### Considerações finais

Portanto, podemos dizer que na Região Metropolitana de Natal, os telecentros de acesso público gratuito e as *lan houses* estavam configurados e pensados como meios para o acesso à informação generalizada, para o lazer/entretenimento e para a conversação digital (LACERDA, 2008), com pequenos sinais de que a parte de formação, através de cursos à distância significativos, pudessem se constituir como prática. Logo, não havia para o âmbito privado nem no setor público estratégias que se configurassem como políticas culturais para o uso das tecnologias de comunicação e informação, no que diz respeito a telecentros e *lan houses*, com uma perspectiva de construir e fortalecer uma cidadania cultural.

A discussão feita nesse espaço apresenta dados históricos que demonstram como o processo de usos e apropriações das ambiências midiático-informacionais refletem na discussão teórica sobre a cidadania cultural. Ao passo que reportam como os dispositivos comunicacionais são interfaces com os sujeitos na produção de visibilidade e de práticas sociais de cidadania. Reiterando a perspectiva de que a cidadania não passa apenas pela esfera institucional, mas que também é articulada pelos sujeitos e sujeitas em (re)existência na teia social.

### Referências

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARBALHO, A. **Textos nômades: política, cultura e mídia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

BONIN, J. Nos bastidores da pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades de construção de um projeto. In: Maldonado, A. E. et al.

**Metodologias de pesquisa em comunicação:** olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, p. 21-40, 2006.

BOSI, E. Sobre a cultura das classes populares. In: BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular**. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 13-23, 1986.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer. 5.ed. Petrópolis: Vozes, p. 373p, 2000.

CAMACHO AZURDUY, C. A. Democratización de la sociedad: entre el derecho a la información y el ejercicio de la ciudadanía comunicativa. In: **Punto Cero**, v.10, n.10. Cochabamba, 2005.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. **Estud. av.** [online]. Vol.9, n.23, pp. 71-84, 1995.

EAGLETON, T. Versões de cultura. In: EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, p. 9-50, 2005.

GARCÍA-CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.  
HALL, S. Codificação/decoficação: In: Hall, S. **Da diáspora**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 387-404, 2003.

LACERDA, J. S. **Ambiências comunicacionais e vivências midiáticas digitais**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

LACERDA, J. S; MAZIVIERO, H. V. Pesquisa da Pesquisa Sobre Usos e Apropriações das TICs: um balanço aquém das expectativas. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Quem tem medo da pesquisa empírica**. São Paulo: Intercom/Adaltech, 2011. v. 1. p. 1-15, 2011. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2376-1.pdf>>

LIMA, V. A. Comunicação, poder e cidadania. **Revista Rastros**, Ano VII, Nº 7, outubro, p. 8-16, 2006.

MALDONADO, A. E. Transformação tecnocultural, cidadania e confluências metodológicas. In: **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal, 2008.

MARTÍN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, p. 39-68, 1995.

MARTÍN-BARBERO, J.; REY, G. **Os exercícios do ver:** hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac, 2001.



MARTÍN-BARBERO, J. Razón técnica y razón política: espacios/tiempos no pensados. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, año 1, n. 1, julio/diciembre, p. 22-37, 2004.

MATA, M. C. **Condiciones objetivas y subjetivas para el desarrollo de la ciudadanía comunicativa**. Córdoba (Argentina): Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, 2005.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

ORTIZ, R. Identidades culturais no contexto da globalização: Entrevista a Roseli Fígaro. In: **Comunicação & Educação**, São Paulo, [18]: 68 a 80, maio/ago, 2000.

SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

TEIXEIRA, T. H. S. **Metodologia da resistência**: perspectivas para uma racionalidade da práxis em cidadania comunicativa. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

THOMPSON, J. B. Comunicação e contexto social. In: THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. 3. ed., Petrópolis-RJ: Vozes, p.19-46, 2001.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.